



LUCIANO MARTINS COSTA

Jornalista e escritor, consultor em estratégia e sustentabilidade

Chocolate com sabor de natureza preservada

O processo de mudanças por que passam os municípios da chamada Terra do Meio, no Pará, impressiona pela intensidade e pelo alcance. A região, que já foi o epicentro de graves conflitos agrários e sinônimo de depredação da floresta amazônica, começa a emitir sinais de transformações que, se ainda não alcançam a maioria dos negócios e das propriedades rurais, certamente já produzem massa crítica suficiente para que seja considerada sede de projetos que vale a pena analisar.

Os chamados arranjos produtivos locais se tornam possíveis graças a políticas públicas que contemplam a busca da sustentabilidade, mas é a iniciativa privada que está tornando realidade a criação de modelos de negócio que finalmente demonstram aos empreendedores da região que preservar a floresta e trabalhar em consórcio com a natureza é a melhor alternativa. Além de interromper o ciclo do desflorestamento, tais arranjos demonstram, pelos resultados, que se pode ganhar mais e por mais tempo mantendo as árvores em pé.

Importante ressaltar que os processos mais bem sucedidos são os que se integram às culturas regionais, limpando-as dos vícios ligados ao uso predatório dos recursos naturais e substituindo pelo reconhecimento de que a floresta pode ser uma excelente parceira de negócios. A agricultura encontra um ponto de equilíbrio quando, consorciada com a floresta, deixa de representar uma ameaça ao patrimônio ambiental.

Mas é preciso que os projetos ofereçam aos agricultores garantias de continuidade. Essa condição é conquistada quando os arranjos produtivos locais se integram a grandes redes de negócios, como no caso da produção de cacau à sombra das árvores. Apesar de não reproduzirem a diversidade das florestas originais, os bosques planejados para abrigar cacauzeiros à sua sombra são um avanço em relação ao processo de desertificação que andava em curso. A adesão dos municípios ao cadastro ambiental realizado pela The Natural Conservancy demonstra que o poder público local também se rende às evidências de que se pode produzir riqueza sem agredir o meio ambiente.

Nesse processo, também ganham as instituições democráticas, uma vez que, isolando-se os candidatos a cargos políticos que não dão valor à sustentabilidade da economia regional, cresce em consciência o eleitor — pelo simples e translúcido fato de que, ao contemplar o interesse comum em vez de seguir trocando seu voto por favores pessoais, ele desenvolve o sentido de cidadania. Esse é um exemplo claro de como projetos ambientais podem ter entre seus resultados mensuráveis alguns benefícios sociais antes considerados intangíveis.

No caso específico do cacau, pode-se projetar um ganho adicional, usufruído a muitos milhares de quilômetros da Terra do Meio. A região, que há dez anos era apontada pelo Greenpeace como o “paraíso dos fora da lei”, começa a chamar a atenção pelas razões opostas. O cadastramento ambiental alcança outros municípios ao longo da BR-163, ajudando a conter o desmatamento. Muito longe dali, consumidores de chocolates poderão apreciar a guloseima com o prazer adicional de saber que estão ajudando a proteger a Amazônia. ■

Os arranjos locais se tornam possíveis graças a políticas públicas, mas é a iniciativa privada que está criando negócios que demonstram que preservar a floresta é a melhor alternativa